

# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

## INTRODUÇÃO

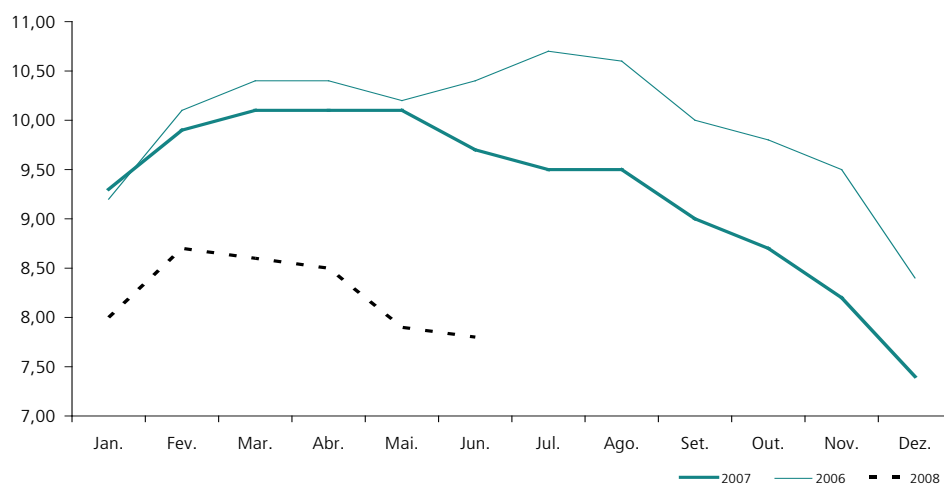
A fim de balizar os resultados sobre a performance do mercado de trabalho, faremos antes um breve panorama do ambiente macroeconômico na primeira metade de 2008.<sup>1</sup> No que se refere ao nível de atividade, os indicadores continuam apontando para uma tendência de expansão da economia. O último resultado disponível para o Produto Interno Bruto (PIB) refere-se ao primeiro trimestre de 2008 e mostra um crescimento de 5,8% frente ao mesmo período de 2007. Outros indicadores do nível de atividade – tais como vendas no varejo, investimento real e exportação – indicam, no entanto, que o nível de atividade continuou a se expandir em patamares semelhantes no segundo trimestre. A evolução dos níveis de preço vem mostrando uma progressão bem menos favorável do que a reportada para o nível de atividade. A trajetória do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é marcada por uma forte aceleração no período analisado, chegando a 8,6% no segundo trimestre de 2008. Ultrapassa, assim, a banda superior da meta de inflação estipulada pelo governo. Portanto, o cenário macroeconômico que serve de pano de fundo para a nossa análise do mercado de trabalho é de expansão do nível de atividade com elevação dos preços.

Ao analisarem-se os dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro, com ênfase nas áreas metropolitanas, no decorrer do primeiro semestre de 2008 é possível visualizar a boa performance da economia na geração de novos postos e na melhoria das condições de trabalho, dando continuidade ao processo já ressaltado no último número deste boletim. O principal destaque nos dados divulgados para o ano foi a taxa de desemprego metropolitana, que passou de um patamar de 9,9% na média do primeiro semestre de 2007 para 8,3% na média do mesmo período de 2008, o que equivale a uma diminuição de 1,6 ponto percentual (p.p.) no período.

No primeiro gráfico deste boletim pode-se visualizar como a taxa de desemprego se destaca no primeiro semestre deste ano em comparação com os anos anteriores (2006 e 2007). Em particular, na comparação com 2007 a taxa de desemprego mensal do primeiro semestre de 2008 permanece ao menos 1 p.p. abaixo da registrada para os mesmos meses do ano em comparação. Sendo que a diferença foi aumentando no decorrer do semestre, oscilando em torno de 2 p.p. nos seus últimos meses. Dentro desse contexto, outro fato que chama a atenção, além da queda significativa da taxa, é a mudança na estrutura sazonal. Nos anos anteriores, nota-se que a taxa de desemprego só começa a decair por meados de abril/maio, mas diferentemente neste ano o que se viu foi uma pequena elevação nos meses de janeiro e fevereiro, para entrar em queda já a partir de março.

1. Esse panorama macroeconômico está fundamentado pelos números disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>.

GRÁFICO 1

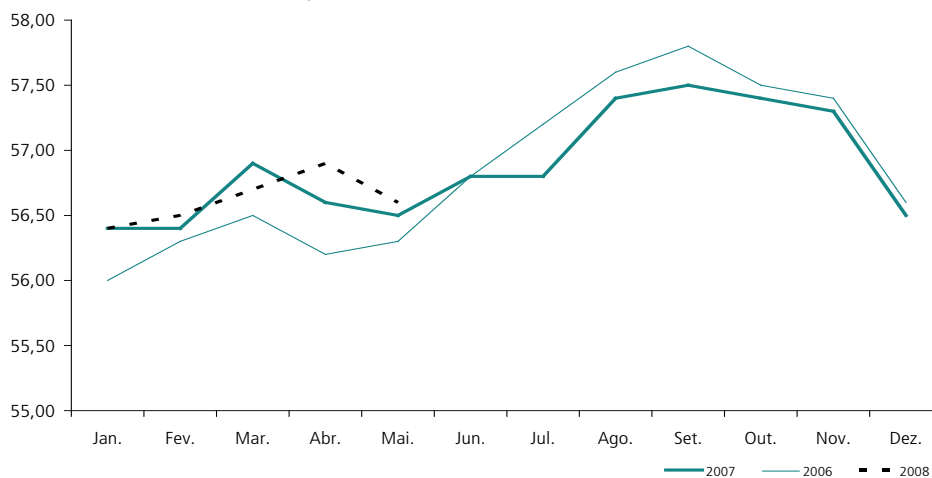
**Taxa de desemprego**

No intuito de identificar a causa da mudança ocorrida na taxa de desemprego durante os meses de 2008 serão investigadas algumas hipóteses. Uma delas diz respeito a uma eventual retração da força de trabalho, que viria a diminuir a concorrência pelos postos existentes e, conseqüentemente, retraindo a taxa de desemprego. Para tal se torna necessário estudar a evolução da taxa de atividade – que pode ser visualizada no gráfico 2 – no decorrer dos últimos anos.

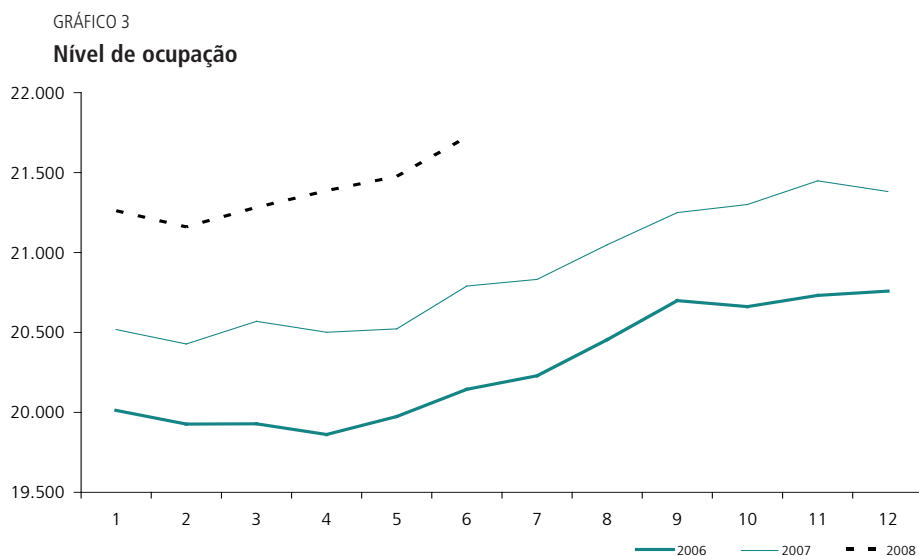
No entanto, ao contrário da hipótese levantada anteriormente, nota-se um acréscimo na taxa de atividade dos primeiros meses de 2008 em comparação com o mesmo período dos anos anteriores. Esse acréscimo no primeiro semestre de 2008 equivale a um aumento de aproximadamente 0,4 p.p. na média do semestre, quando comparado com a mesma de 2007.

Logo, pode-se desconsiderar a hipótese referente à retração na oferta de trabalho para explicar a evolução favorável da taxa de desemprego. Resta, portanto, olhar para o lado da demanda por trabalho, que vem a ser uma tarefa mais complexa, haja vista a ausência de um indicador claro para medir essa dimensão do mercado de trabalho.

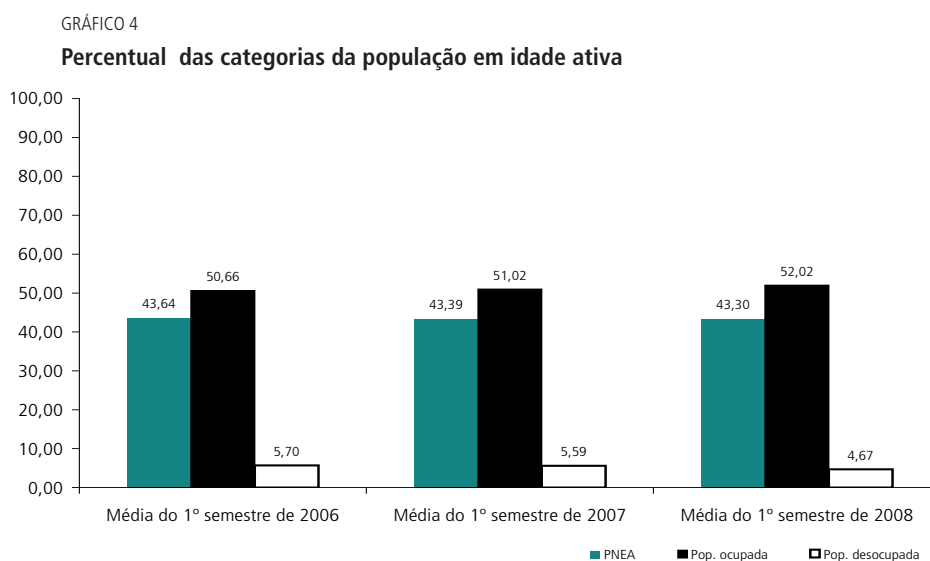
GRÁFICO 2

**Taxa de atividade metropolitana**

O nível de ocupação, além de ser um indicador em si da performance do mercado de trabalho, tende também a ser usado como primeira aproximação da demanda por trabalho. O gráfico 3 reporta a evolução desse indicador e deixa evidente que o mesmo continua apresentando uma tendência de aumento no primeiro semestre de 2008. Mas, diferentemente dos anos anteriores onde esse indicador apresentava oscilações nos primeiros quatro meses do ano, o mesmo apresenta uma pequena retração no mês de fevereiro para depois apresentar um crescimento contínuo no restante do período. Essa subida do nível de ocupação sugere um papel preponderante da demanda por trabalhadores para explicar a queda do desemprego.

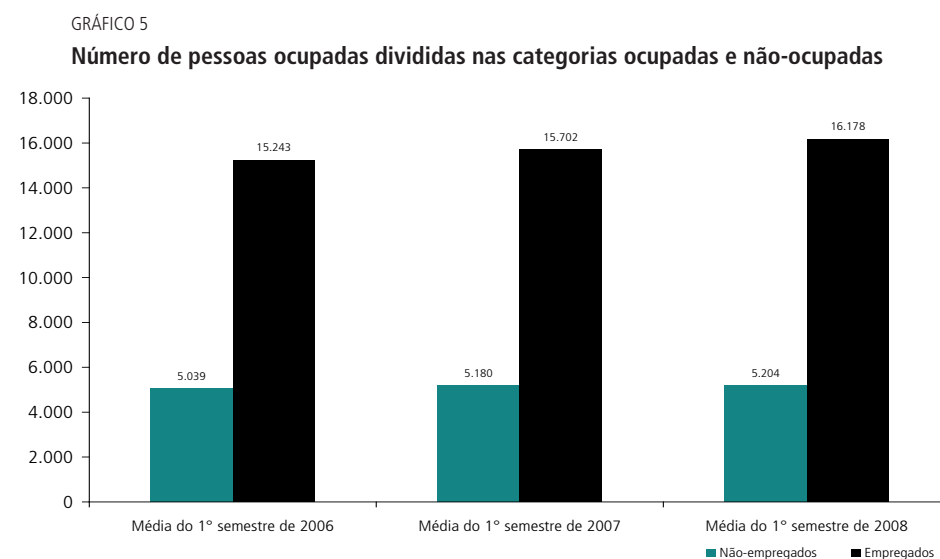


Este argumento pode ser reforçado pelos indicadores reportados no gráfico 4, que trazem o percentual de desempregados, o percentual da população ocupada e o percentual da população não-economicamente ativa (PNEA) sobre a população em idade ativa (PIA). De posse desses dados pode-se constatar com clareza que a queda na participação dos desempregados está sendo compensada pelos trabalhadores ocupados, que vêm a ser influenciados pela demanda por trabalho. Já a participação da PNEA no total da PIA, que reflete a oferta de trabalho, está praticamente estável ao longo dos anos.



Outro indicador que pode sustentar a idéia de que a demanda está crescendo de forma mais rápida do que a oferta de trabalho no período analisado é o número de trabalhadores considerados subocupados,<sup>2</sup> que vem demonstrando uma redução ao longo dos anos. Na comparação entre o primeiro semestre de 2008 e 2007, nota-se uma queda de 9,4% no número de trabalhadores que se enquadravam nesta categoria, o que em números absolutos corresponde a uma redução de 71 mil trabalhadores. Pode-se interpretar este resultado como uma queda da “capacidade ociosa” do insumo trabalho no Brasil metropolitano. Uma interpretação alternativa para estes dados é que o mercado de trabalho brasileiro metropolitano não está apenas criando novas vagas de trabalho, mas, sim, criando e melhorando as condições de trabalho das vagas já existentes, a ponto de os ocupados não almejarem complementar sua renda oferecendo horas adicionais de trabalho.

Um próximo passo na busca por uma melhor compreensão das razões que levaram à redução do desemprego passa a ser a análise desagregada da evolução da ocupação. Em primeiro lugar vale decompor os ocupados entre aqueles empregados<sup>3</sup> e os com outro tipo de inserção – não-empregados.<sup>4</sup> A motivação dessa decomposição é focar-se no primeiro grupo, visto que ele apresenta uma aderência maior ao conceito tradicional de demanda por trabalho. O gráfico 5 mostra a evolução desses dois grupos, que se caracteriza por certa estabilidade dentro do grupo não-empregados e um contínuo crescimento do grupo considerado empregados. Dado esse conjunto de evidências acreditamos, portanto, que um aumento na demanda por trabalho foi o fator preponderante na queda da taxa de desemprego no período analisado.



Esses resultados positivos que o nível de ocupação vem apresentando trazem à tona a questão da qualidade das ocupações que estão sendo criadas. O fator da qualidade dos postos pode ser avaliado de forma mais acurada pela evolução do grau de informalidade entre os

2. Aqui também é utilizada a conceituação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que assim considera o trabalhador cuja horas trabalhadas é inferior a 40 horas semanais em todos os trabalhos e estavam disponíveis para trabalhar mais.

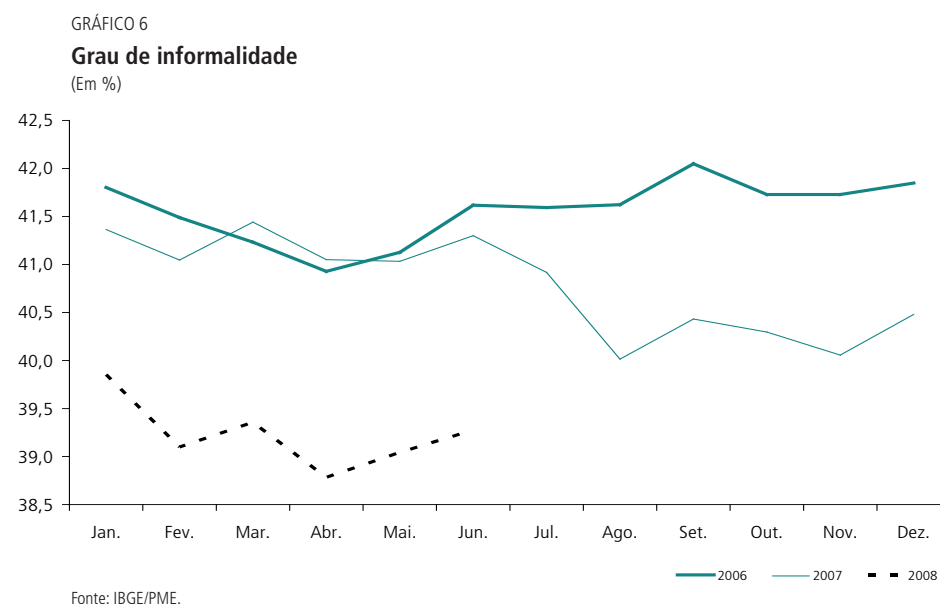
3. Entre este grupo denominado empregados, estão inseridos os trabalhadores com carteira assinada, sem carteira assinada e empregados não-remunerados.

4. Entre este grupo denominado não-empregados estão inseridos os trabalhadores por conta própria, os não-remunerados e os empregadores.

ocupados em geral, e mais ainda entre os empregados. Nesse último caso, recorremos a uma associação natural entre a garantia dos direitos trabalhistas e o grau de formalidade do empregado,<sup>5</sup> enquanto, no primeiro caso, usamos uma desagregação-padrão onde os conta-própria se juntam aos empregados sem carteira no grupo dos informais,<sup>6</sup> e empregadores se juntam aos trabalhadores protegidos para formar o grupo dos formais.<sup>7</sup>

No que diz respeito ao grupo dos empregados, temos uma tendência de melhora da composição quando comparamos o primeiro semestre de 2008 com o de 2007. A participação dos empregados formais (ou protegidos) de 72% passou para 74,1%, enquanto a participação dos empregados informais (sem carteira) decresceu de 28% para 25,8%. No entanto, a evolução ao longo do primeiro semestre de 2008 mostra uma reversão dessa tendência nos últimos dois meses, quando a participação dos empregados formais passou de 74,4% para 74%, enquanto a dos informais foi de 25,6% para 25,9%.

Uma consequência direta dessa estrutura de expansão da ocupação é a queda na medida-padrão de informalidade. Esse indicador, que reflete a participação dos trabalhadores assalariados sem carteira, por conta própria e não-remunerados no total, atingiu em abril deste ano o seu menor valor na história da nova Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE: 38,8% (vale destacar que ele já chegou a 44,1% em abril de 2004). Por outro lado, cabe uma ressalva em relação ao seu comportamento nos últimos dois meses, quando o indicador começou a apontar uma eventual tendência de aumento.



Ainda, com relação à questão da qualidade dos postos de trabalho, pode-se observar um crescimento do número de trabalhadores que permanecem no mesmo trabalho por mais de dois anos, verificando-se um acréscimo de 3,7% na média semestral de 2008 quando comparada com a mesma de 2007. Em valores absolutos, são 515 mil trabalhadores que

5. Ou seja, trabalhadores com carteira assinada e funcionários públicos compõem o segmento formal e os sem carteira o informal.

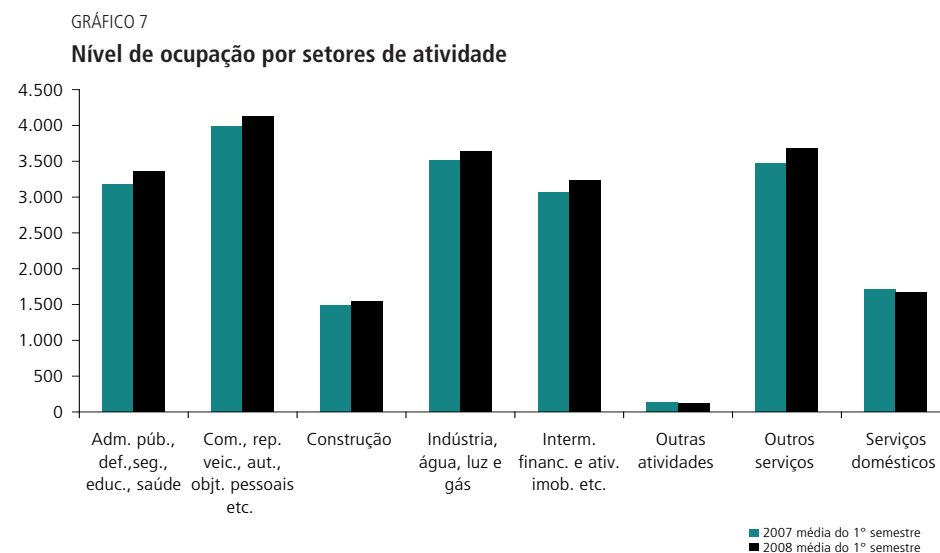
6. Nesta categoria encontram-se os trabalhadores denominados conta-própria, empregados sem carteira e não-remunerados.

7. Nesta categoria encontram-se os trabalhadores denominados empregadores, empregados com carteira e militares e servidores públicos – Regime Jurídico Único (RJU).

permaneceram no mesmo emprego por mais de dois anos. No mês de junho de 2008 a PME registrou que 78,8% dos trabalhadores estavam no mesmo emprego por mais de um ano e 67,6% desses trabalhadores estavam no mesmo emprego por mais de dois anos. A contrapartida desse aumento na estabilidade do emprego é um provável aumento na produtividade do trabalho via acúmulo de experiência no mesmo posto.

Em seguida, podemos desagregar a evolução da ocupação entre os diversos setores de atividade e as seis regiões metropolitanas (RMs) a fim de obtermos um panorama mais completo da evolução do mercado de trabalho no período analisado. No que se refere à divisão da população ocupada em setores de atividade, pode-se notar no gráfico 7 que todos os setores de atividade mostraram crescimento no número de pessoas ocupadas, com exceção do setor de outras atividades<sup>8</sup> e serviços domésticos, que apresentaram redução de aproximadamente 14,2% e 2,7%, respectivamente.

Entre os setores que apresentaram resultados positivos podem-se destacar os setores de outros serviços,<sup>9</sup> administração pública<sup>10</sup> e intermediações financeiras,<sup>11</sup> que tiveram crescimento de 5,8%, 5,7% e 5,5%, respectivamente. Os outros setores indústria,<sup>12</sup> comércio<sup>13</sup> e construção civil alcançaram crescimento de 3,8%, cada um.



8. Esta categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

9. Este agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

10. Neste agrupamento estão incluídas as atividades de administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

11. Neste agrupamento de atividade, além da atividade de intermediações financeiras, estão incluídas as atividades de serviços prestados à empresa, aluguéis e atividades imobiliárias.

12. Neste agrupamento estão incluídas as atividades de indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

13. Neste agrupamento estão incluídos comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

No que diz respeito à esfera regional, vale ressaltar que a absorção da força de trabalho aumentou em todas as seis RMs pesquisadas. Essa aceleração do ritmo de criação de postos de trabalho ao longo do semestre tem como destaque as RMs de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo, que apresentaram crescimento de 5,6%, 5,1% e 5,1%, respectivamente. Entre estas regiões, novamente, São Paulo se destaca, não apenas em razão das altas taxas que vem exibindo em relação ao mesmo período de 2007, mas também em função do elevado peso que tem na população ocupada das seis RMs pesquisadas pelo IBGE. As outras RMs também apresentaram variações positivas no nível de ocupação: Rio de Janeiro e Salvador com acréscimo de 2,9% e 1,4%, respectivamente; e Recife com um crescimento de 0,4%.

Esta performance relativa do nível de ocupação em termos regionais não é transmitida de forma direta para as taxas de desemprego regionais. Por exemplo, as duas RMs com melhor desempenho em termos relativos são Recife e Salvador, que apresentam decréscimo de 2,6 p.p. e 2,2 p.p. nas respectivas taxas de desemprego. Mas, ao mesmo tempo, estas duas RMs são as que apresentam menor taxa de crescimento do nível de ocupação no período.

No que se refere às outras RMs, podemos destacar o comportamento de São Paulo não apenas em função da queda de 2,0 p.p., mas também em função do elevado peso que tem no total da população desocupada (45,3%), que contribui de forma significativa para os resultados do conjunto. As RMs de Porto Alegre e Belo Horizonte obtiveram uma redução de 1,5 p.p. e 1,3 p.p. nas suas respectivas taxas de desemprego. A RM correspondente ao Rio de Janeiro também apresentou uma redução, mas entre todas as RMs foi a que teve a menor redução, 0,8 p.p.

A taxa de desemprego aberta da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese) de todas as RMs confirma os dados da pesquisa do IBGE, ou seja, em ambas as pesquisas a taxa de desemprego mostra uma queda na média da taxa de desemprego dos primeiros meses de 2008 em relação ao mesmo período de 2007.<sup>14</sup>

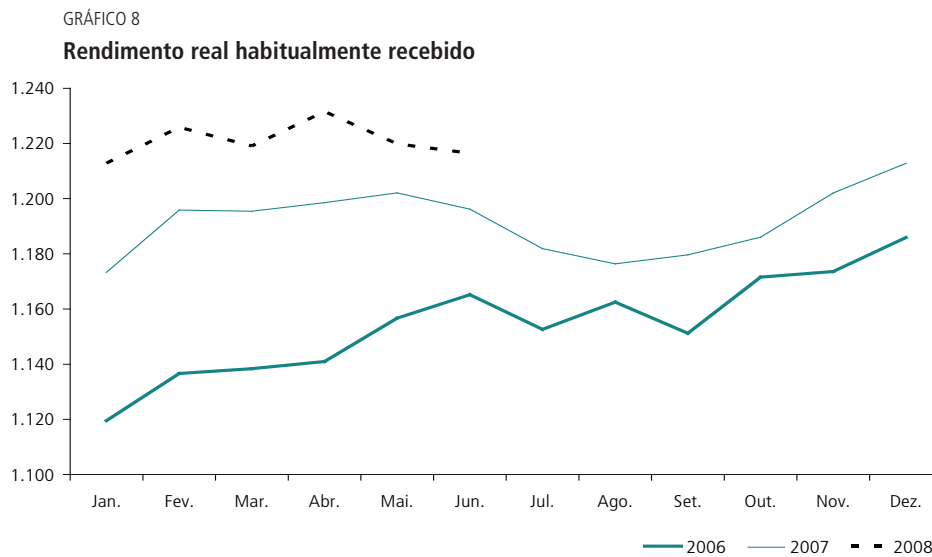
Em relação ao tempo de duração do desemprego, nota-se que ocorreu uma redução de 2,6 p.p. no número de trabalhadores que estão buscando emprego há 30 dias ou menos, quando comparado o primeiro semestre de 2008 com o mesmo período de 2007. Já os trabalhadores desocupados que estão procurando trabalho há dois anos ou mais encontram maiores problemas de se inserirem no mercado de trabalho, pois nota-se que ocorreu um acréscimo de 0,2 p.p. nesta categoria.

Outra dimensão relevante da performance do mercado de trabalho que também reflete a qualidade dos postos é o rendimento real. Esse indicador, segundo a PME, vem mostrando oscilações mensais no decorrer do período com exceção do último mês, quando se mantém a trajetória de queda do mês anterior. A título de ilustração, o gráfico 8 mostra os valores desde 2006 dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelos trabalhadores, segundo o total das RMs da PME/IBGE.

Quando se compara a média do primeiro semestre de 2008 com o mesmo período de 2007 nota-se um aumento de 2,3% do nível médio do rendimento real habitualmente

14. Os dados referentes à pesquisa do Dieese estão disponíveis até o mês de maio de 2008. Logo, realizou-se uma comparação dos primeiros cinco meses de 2008 contra os cinco primeiros de 2007. Os valores encontrados na comparação das médias são: São Paulo (-0,6 p.p.), Distrito Federal (-0,1 p.p.), Porto Alegre (-0,8 p.p.), Salvador (-2,3 p.p.), Recife (-0,7 p.p.) e Belo Horizonte (-0,9 p.p.).

recebido. Por outro lado, os valores diminuem em termos absolutos nos últimos dois meses do semestre, chegando a níveis bem próximos dos registrados para os respectivos meses de 2007.



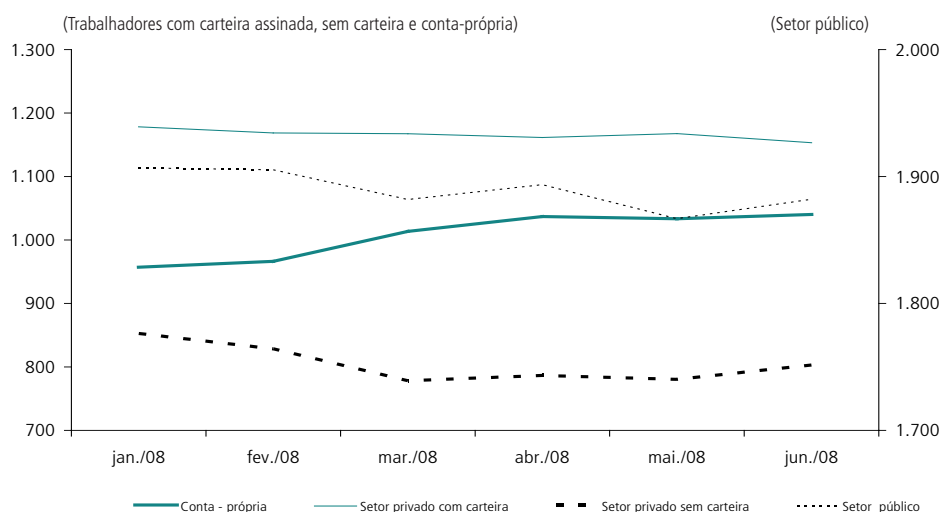
A queda verificada nos últimos dois meses, ainda que não acentuada, motiva uma análise mais aprofundada. Pode-se pensar em pelo menos duas hipóteses para explicar esse comportamento do rendimento. A primeira é uma mudança de composição dos ocupados, onde aqueles com pior remuneração passam a ser mais representados. A alternativa seria baseada em perdas na remuneração de um núcleo de trabalhadores que se mantiveram ocupados. Note-se que as hipóteses não são excludentes e, eventualmente, ambos os fatores podem estar contribuindo para a dinâmica recente do rendimento.

De fato, a primeira hipótese se mostra compatível com alguns dados analisados anteriormente, quais sejam, aqueles que apontam uma crescente participação dos empregados formais e decrescente participação dos informais nos últimos dois meses do primeiro semestre de 2008. A segunda hipótese, por sua vez, é amparada pela trajetória de elevação dos preços destacada no início desta análise. Uma evidência adicional de que a inflação desempenhou um papel relevante na trajetória recente dos rendimentos vem da análise da evolução do rendimento real habitualmente recebido por posição na ocupação no decorrer do ano de 2008. O gráfico 9 traz essa evolução e mostra que os empregados de maneira geral (com carteira, sem carteira e os funcionários públicos) experimentam perdas reais nos seus respectivos rendimentos em ao menos um dos últimos dois meses e, eventualmente, na comparação ponta a ponta envolvendo os meses de abril e junho. Já o conta-própria consegue obter ganhos reais na remuneração ao longo do primeiro semestre de 2008, inclusive nos últimos dois meses. A conexão desse resultado com a inflação reside no fato de os trabalhadores autônomos terem maior poder de indexar sua remuneração à variação dos preços do que os empregados do setor privado.

Como pode ser observado nas tabelas do anexo estatístico todas as RMs, com exceção de Recife, apresentaram variações positivas quando se compara a média do primeiro semestre de 2008 com a mesma de 2007. As RMs que apresentaram maiores destaques foram Salvador (4,9%), Porto Alegre (4,3%) e Rio de Janeiro (5,7%). As RMs de Belo Horizonte e São Paulo também apresentaram variações positivas de 2,6% e 1,5%, respectivamente. Já a RM de Recife apresentou o pior desempenho relativo também para a evolução do rendimento com uma redução de 0,1%.

GRÁFICO 9

### Rendimento habitualmente recebido dos trabalhadores com carteira e sem carteira no setor privado, dos trabalhadores do setor público e dos trabalhadores conta-própria



Por fim, a evolução recente da massa de rendimento do trabalho pode ser útil para ilustrar como o desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro pode afetar o cenário macroeconômico. O gráfico 10 nos mostra a evolução do valor monetário total destinado aos trabalhadores a título de remuneração. Pode-se notar que esse indicador vem apontando uma forte tendência de crescimento ao longo dos últimos semestres, inclusive no primeiro semestre de 2008, quando a massa de rendimento aumenta cerca de R\$ 750 mil. Este fato nos leva a crer que, ao menos no curto prazo, o desempenho do mercado de trabalho pode alimentar uma continuidade do cenário positivo na macroeconomia via aumento do consumo.

GRÁFICO 10

### Massa salarial

(Em milhares)

